



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16463 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GT 05 - Estado e Política Educacional

**REPERCUSSÕES DO BOLSONARISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PAULISTA: PLATAFORMIZAÇÃO, MILITARIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO**  
 Denise Maria Reis - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

**REPERCUSSÕES DO BOLSONARISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PAULISTA: PLATAFORMIZAÇÃO, MILITARIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO**

**Introdução**

A política educacional paulista, desde os anos 1990, está marcada pela lógica gerencialista de gestão (Jacomini; Nascimento; Stoco, 2023) ao racionalizar tarefas e recursos, separar o nível estratégico do operacional, pautar o trabalho em resultados e na bonificação, descentralizando a execução da política, mas não a sua regulação/avaliação (Ramos, 2016).

Na atual gestão do governo estadual, observa-se o aprofundamento desse modelo. O governador recebeu o apoio declarado do ex-presidente Bolsonaro e venceu o pleito com um programa de governo bastante alinhado aos seus valores.

O objetivo deste trabalho é discutir a perspectiva de uma agenda *bolsonarista* do governo estadual para a educação pública paulista, destacando a implantação de plataformas digitais nas práticas da comunidade escolar e a conversão de escolas públicas em cívico-militares como parte do processo de privatização educacional.

**Metodologia**

Para a discussão pretendida, realizamos a análise qualitativa do “conhecimento episódico” (Flick, 2009, p. 172) de situações de estágio ou de trabalho relatadas por estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar ou por professoras e gestoras da rede de estadual de São Carlos-SP; e de posicionamentos de sindicatos da educação paulista, enquanto dados documentais (Flick, 2009). A recente literatura fundamenta tanto o exame qualitativo dos dados quanto a construção argumentativa dos resultados e discussões.

**Resultados e discussões**

Estudantes relataram o aumento do uso de plataformas digitais nas escolas públicas, destacando a imposição das determinações da Secretaria de Educação-Seduc, via Diretorias de Ensino regionais. Sem tempo e atenção de qualidade para o *pedagógico*, apontaram que as equipes escolares têm se dedicado à tarefa burocrática de inserir dados nas plataformas ou de realizar atividades *pró-forma* com os alunos.

Atualmente, 17 plataformas vigoram na rede de ensino. Professoras e gestoras têm relatado que colegas querem desistir de suas funções no atual governo, pois, em exaustão, se dizem no limite de suas possibilidades de atuação.

Além disso, a Seduc associou a manutenção dos diretores em seus cargos aos índices de engajamento das escolas às plataformas. São agora “capatazes digitais” (GEPUD, 2024, p. 1) e as plataformas prevalecem nos planejamentos escolares.

Para o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo-Apeoesp, as plataformas retiram a autonomia docente no planejamento e uso de outros materiais didáticos, padronizando procedimentos no ensino e provocando o esvaziamento do currículo (Mello, 2024).

O Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo-Udemo argumenta que o estado gasta muita verba pública, tempo e energia em plataformas que favorecem mais o controle do que o projeto pedagógico, prejudicando o que realmente importa e faz a diferença nas escolas, o professor (Udemo Sindicato, 2024).

Já o Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo-Apase orienta que a supervisão, enquanto função de Estado e não de governo, seja realizada para além de ferramentas gerencialistas, reducionistas e com falhas de aferição (Apase, 2024).

Para Dias *et al.* (2024), o “gerencialismo de plataforma” refere-se à imposição e obrigatoriedade do uso das plataformas como forma de gerenciamento/controlado do trabalho escolar para a padronização do ensino, a criação/fiscalização de indicadores de produtividade, reduzindo a aprendizagem ao acesso *online* e privatizando a educação com a aquisição dessas ferramentas e de outros equipamentos tecnológicos.

Mais recentemente, o estado aprovou o Programa Escola Cívico-Militar. Serão contratados policiais militares da reserva para atuarem na esfera da *disciplina e civismo* (São Paulo, 2024). O programa paulista se assemelha ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares criado pelo então presidente Bolsonaro já no primeiro ano de governo. Foi suspenso pela Justiça estadual em agosto de 2024.

Franco e Maranhão Filho (2020) destacam os valores da *privatização, teocratização e militarização* da gestão Bolsonaro que ameaçaram a pluralidade cultural e a própria democracia. Mas o reflexo de uma agenda *bolsonarista* na educação pública paulista parece ficar claro não apenas pelo avanço da militarização ou pela falta de diálogo, autonomia e valorização dos profissionais (Soares, 2023), mas também pela visão privatista do governo estadual.

Ximenes, Santos e Alves (2024) apontam que, além dos adicionais que os militares receberão da pasta de educação, há a autorização do programa às parcerias com entidades militares privadas para o repasse de verbas. Ademais, a função de contribuir com a *disciplina* discente mobiliza o interesse pela incidência no currículo escolar e pela contenção da gestão democrática e dos direitos humanos nas escolas.

O *bolsonarismo* do governo estadual já apresenta repercussões nos próprios resultados quantitativos tão caros aos adeptos do gerencialismo: resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo-Saresp indicam que o primeiro ano do governo piorou a educação pública (Cafardo, 2024).

A discussão deste trabalho se soma à escassa produção acerca da plataformização e militarização das escolas públicas paulistas. Seu limite reside no recente mandato do atual governo, mas também no descompasso entre o tempo necessário ao estudo da problemática e a forma abrupta como as medidas educacionais vêm sendo instauradas no estado.

## Conclusão

A discussão desenvolvida indica a aproximação de visões e ações governamentais para a educação pública adotadas pela gestão do ex-presidente Bolsonaro e pela atual gestão estadual de São Paulo.

A plataformização empreendida pela política educacional paulista determina uma perspectiva gerencialista de gestão escolar e evidencia o viés privatista de educação com a aquisição de ferramentas e equipamentos para conduzir, controlar e fiscalizar todo o processo do trabalho educativo. A militarização das escolas públicas por meio de programa estadual também notabiliza a privatização educacional ao permitir parcerias e repasses públicos financeiros a entidades militares privadas.

Essa combinação tende a precarizar ainda mais a educação pública, tolhendo a formação crítica e o exercício da gestão democrática. De todos os reflexos de uma agenda *bolsonarista*, um deles já está exposto: a educação pública paulista piorou os seus índices no último Saresp.

**Palavras-Chave:** Política educacional. Plataformização. Militarização. Privatização. Educação paulista.

## Referências

- APASE. Boletim 08/2024 [...]. *Apase*, 06 jun. 2024. Disp.: <https://n9.cl/ktz36>. Acesso: 30 jul. 2024.
- CAFARDO, R. Piora resultados das escolas estaduais de SP [...]. *Estadão*, 24 maio 2024. Disp.: <https://n9.cl/m59ft>. Acesso: 28 maio 2024.
- DIAS, C.; SILVA, E.; JACOMINI, M.; ROCHA, A. Pesquisa-ação e gerencialismo de plataforma [...]. *SciELO Preprints*, 2024. Disp.: <https://n9.cl/0bhyd>. Acesso: 23 maio 2024. No prelo.
- FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, C.; MARANHÃO FILHO, E. A teocratização, privatização e militarização no governo Bolsonaro [...]. *Mandrágora*, v. 26, n. 1, p. 203-224, 2020.
- GEPUD. *Plataformização da Educação de São Paulo* [...]. São Paulo: GEPUD, abr. 2024. Disp.: <https://n9.cl/326rk>. Acesso: 24 maio 2024.
- JACOMINI, M.; NASCIMENTO, I.; STOCO, S. Política educacional na rede estadual paulista [...]. *Educação em Revista*, v. 39, e26145, 2023.
- MELLO, D. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo [...].

*Agência Brasil*, 10 maio 2024. Disp.: <https://n9.cl/ud42i>. Acesso: 24 maio 2024.

RAMOS, G. Reforma e gerencialismo na política educacional paulista [...]. *Ensaio*, v. 24, n. 92, p. 546-578, jul./set. 2016.

SÃO PAULO. Projeto que cria Escola Cívico-Militar proposto pelo Governo de SP [...]. *Portal do Governo*, 21 maio 2024. Disp.: <https://n9.cl/7zbs5k>. Acesso: 23 maio 2024.

SOARES, N. Gestão Tarcísio/Feder é marcada pela precarização [...]. *De Olho nos Planos*, 01 dez. 2023. Disp.: <https://n9.cl/eumwz6>. Acesso: 24 maio 2024.

UDEMÓ SINDICATO. *Jogando dinheiro fora!* São Paulo: Udemo, 2024. 1 vídeo. Disp.: <https://n9.cl/loqph>. Acesso: 24 maio 2024.

XIMENES, S.; SANTOS, C.; ALVES, M. Militarização de escolas põe São Paulo [...]. *Folha de S. Paulo*, 23 maio 2024. Disp.: <https://n9.cl/y0bf2a>. Acesso: 28 maio 2024.